

EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: ORIENTAÇÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR SOBRE O TEMA PARA DOCENTES

<https://dx.doi.org/10.48097/2674-8673.2023n8p09>

Élida Cavalcante Silva¹
Cinthya Lira²

RESUMO

Os estudos relacionados a esta temática, apesar de cada vez mais comuns e contemplados em documentos oficiais na área de educação, ainda não preenchem todas as lacunas condizentes aos seus desdobramentos. Dada a importância de difusão e dos debates sobre aspectos da sexualidade, esta pesquisa busca investigar junto a professoras (es) da Educação Infantil, os seus conhecimentos, concepções e práticas em relação à educação sexual na infância. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas presenciais e semiestruturadas, aplicadas com três professoras, através do embasamento da abordagem qualitativa de pesquisa, visando responder à questão norteadora: os (as) docentes das séries iniciais apresentam conhecimentos sobre a orientação da Base Nacional Comum Curricular acerca da Educação Sexual? Na análise dos dados é possível perceber, na fala dos sujeitos, fragilidades com relação à temática de educação sexual para a primeira infância, incluindo a ausência de debates em sua formação inicial e continuada.

Palavras-chave: Educação Sexual. Primeira Infância. BNCC.

Data de submissão: 20/06/2022

Data de aprovação: 30/08/2022

ABSTRACT

Studies related to this theme, although increasingly common and included in official documents in the area of education, still do not fill all the gaps consistent with its developments. Given the importance of dissemination and debates on aspects of sexuality, this research seeks to investigate with teachers of Early Childhood Education from schools in the Metropolitan Region of the city about their knowledge, conceptions and practices in relation to sexual education in childhood. Data collection was carried out through face-to-face and semi-structured interviews, applied with three female teachers, based on the qualitative research approach, aiming to answer the guiding question: the teachers of the initial series present knowledge about the orientation of the National Common Base Curriculum about Sex Education? In the analysis of the data, it is possible to perceive in the subjects' speech weaknesses in relation to the theme of sexual education for early childhood, including the absence of debates in their initial and continuing education.

Keywords: Sex Education. Early Childhood. BNCC.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Metropolitana da Grande Recife.
E-mail: elidi.nha2526@gmail.com

² Professora / orientadora do curso de Pedagogia da Faculdade Metropolitana da Grande Recife.
E-mail: cinthya@metropolitana.edu.br

INTRODUÇÃO

A relevância do estudo sobre o tema abordado neste artigo se dá devido aos altos índices de crimes sexuais contra crianças. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), "nos últimos 4 anos, 180 mil meninas e meninos sofreram violência sexual no país. Os dados são de levantamento inédito que traça um panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil".

Atualmente, entende-se que quanto mais informações a criança possuir sobre educação sexual, mais proteção ela terá, tendo em vista a sua valiosa ação preventiva e de detecção da prática destes crimes. "O abuso sexual pode ser prevenido se as crianças forem capazes de reconhecer o comportamento inapropriado do adulto, reagir rapidamente, deixar a situação e relatar para alguém o ocorrido". (BRINO & WILLIAMS, *apud* WOLFE, 1998, p. 545-597).

Nesse caso, a educação sexual, enquanto conhecimento, serviria como norte para as crianças, sendo usada como orientação de atos e limites a serem observados e respeitados na relação entre essas crianças e o seu meio social.

Para trilhar o caminho do conhecimento as crianças precisam de orientações compartilhadas por professores preparados para abordar o tema de forma adequada e de acordo com a faixa etária. A BNCC (Base Nacional Comum Curricular), sendo um documento de caráter normativo que regula as aprendizagens necessárias para o amplo desenvolvimento dos alunos e alunas da Educação Básica, deveria ser um norte para os profissionais que atuam na área da educação, especialmente com crianças nas séries iniciais.

Analisando este documento, percebe-se o quanto a temática está resumida, focando o seu direcionamento para aspectos ligados à reprodução humana. A sexualidade, em todo o documento, é abordada nos anos finais do Ensino Fundamental, não sendo abordada diretamente na Educação Infantil. A fragilidade da BNCC espelha toda a vulnerabilidade infantil nas questões relacionadas à proteção contra os abusos sexuais. Para que a criança se proteja, ela precisa conhecer formas de proteção e onde encontrar auxílio.

O objetivo geral foi analisar o conhecimento dos (as) docentes que atuam na Educação Infantil sobre a temática da educação sexual e se há embasamento através da BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

Com relação aos objetivos específicos este trabalho visou esclarecer o que é e qual a finalidade da educação sexual no âmbito escolar; compreender a importância de estudar educação sexual na faixa etária que corresponde à primeira infância, e analisar como a BNCC orienta a aplicação desta temática na educação infantil.

Para tanto, selecionamos uma instituição privada, localizada na Região Metropolitana da Grande Recife, e uma escola pública, localizada no município de Ipojuca. As participantes são docentes das instituições supracitadas. A pesquisa teve abordagem qualitativa, sendo aplicadas entrevistas semiestruturadas com três professoras da Educação Infantil.

EDUCAÇÃO SEXUAL

O tema é amplo e bastante controverso. Com isso, as abordagens que orientam os pensamentos e influenciam no conceito deste tópico são variadas, existindo diversas concepções para o entendimento.

Jimena Furlani (2011) elencou diferentes concepções relativas à educação sexual dentro do cenário pedagógico no Brasil. A abordagem biológico-higienista é aquela em que o estudo da sexualidade se dá em ambiente escolar, tendo como foco a reprodução humana e o desenvolvimento sexual humano. Aborda-se em sala de aula basicamente os temas como gravidez, DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis), saúde do corpo e planejamento familiar.

Almeida e Luz (2013) salientam que esta abordagem “é identificada como a única forma que os (as) professores (as) percebem ou realizam, ou seja, é a mais usual de ministrar em ambiente escolar, compartilhando o tema do ponto de vista sanitário e, principalmente, biológico”.

Partindo dos ensinamentos de Jimena Furlani (2011), entendemos que a abordagem moral-tradicionalista é aquela que determina que a responsabilidade de ensinar sobre educação sexual é da família e tem como eixo central a ideia de abstinência sexual para evitar doenças sexualmente transmissíveis ou até mesmo gravidez indesejada.

Seguindo com as teorias apresentadas por Furlani (2011), a abordagem religiosa-radical defende a regulação do indivíduo e de sua sexualidade através da heterossexualidade, do casamento e do celibato. Entretanto, esta abordagem leva o nome de radical, pois utiliza as verdades religiosas como indubitáveis, principalmente quando se trata do assunto sexualidade, seguindo rigorosamente o que determina a Bíblia sobre qualquer assunto de ordem sexual.

Sobre a abordagem da educação sexual alicerçada nos Direitos Humanos, Furlani (2011) afirma que:

é aquela que fala, explicita, problematiza e destrói as representações negativas socialmente impostas aos sujeitos e às suas identidades excluídas. Assume um processo educacional político e comprometido com a construção de uma sociedade melhor, menos desigual e mais humana. (FURLANI, 2011, p. 24).

Esta abordagem é a primeira a sinalizar o papel da escola na promoção do ensino da educação sexual, confrontando as ideias anteriores de mostrar a sexualidade como algo a ser problematizado e representado de forma negativa.

A abordagem *queer* pode ser traduzida por “estranho, ridículo, excêntrico, raro, extraordinário e se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais.” (LOURO, 2004, p.7-8).

A abordagem que nos servirá de parâmetro para conceitos mais contemporâneos é a abordagem emancipatória. Conforme cita Melo (2002):

A abordagem emancipatória visa desvendar modelos e projetar rupturas de ordens estabelecidas, na busca de um novo norte para uma sociedade nova, estabelecendo a igualdade, atendendo à diversidade cultural, como uma nova compreensão da dimensão da sexualidade como parte indissociável dos direitos humanos no processo de construção da cidadania. (MELO, 2002, p. 58).

Esta concepção traz consigo o ideário de educação libertadora e é capaz de promover a autonomia e segurança do indivíduo através do conhecimento como instrumento de proteção. Sendo assim, como reflete Garcia (2005): “a educação sexual emancipatória pressupõe o desenvolvimento de ações educativas com a finalidade de promover a autonomia, buscando superar padrões de comportamentos hierarquizados e estereotipados, superando preconceitos e tabus”. (GARCIA, 2005. p. 49).

Figueiró (2006) compreende a educação sexual como “toda ação de ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja em nível de conhecimento de informações básicas, seja em nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual”. (FIGUEIRÓ, 2006, p. 36). Essa visão humanista reflete no fato de que essa educação precisa, de modo urgente, romper os limites de conceitos biológicos e métodos contraceptivos. Ela precisa ir além e promover autoconhecimento e autoproteção.

Mary Neide Figueiró menciona, em uma entrevista (APEOESP, 2018), que “a educação sexual é o inverso da erotização da criança. Ela tem a finalidade de levar informação e conhecimento sobre tudo o que diz respeito ao corpo, para que as pessoas entendam de onde vieram”.

Nesta linha de pensamento, a educação sexual não segue uma correlação com ensinar sobre ato sexual ou conteúdos eróticos para as crianças, como alguns acreditam e defendem. O objetivo de trabalhar esta temática na escola é proporcionar informação de modo que as

crianças passem a conhecer apropriadamente sobre o funcionamento do seu corpo, a protegê-lo e preservá-lo, aprendendo a lidar melhor com questões emocionais e interações sociais.

Educação sexual: um debate relevante

Neste estudo focaremos na educação sexual que vai além dos aspectos biológicos e naturais, mas que se amplia ao valioso instrumento auxiliador na prevenção de crimes sexuais contra crianças, uma vez que o nosso foco é a pesquisa realizada com o grupo correspondente à primeira infância. No site do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)³, encontramos dados da violência sexual contra crianças em levantamento realizado no ano de 2021, informando que nos últimos 4 anos 180 mil meninas e meninos sofreram violência sexual no Brasil.

A cada ano novas pesquisas e levantamentos de dados são disponibilizados sobre a temática por instituições governamentais e não governamentais. O que esses estudos trazem em comum são sempre os números alarmantes desse tipo de violência contra as crianças. Igualmente, é habitual nos depararmos com informações sobre ações de combate a esses crimes, rotineiramente com ações de caráter repressivo e não preventivo, ou seja, buscam a resolução do problema depois que ele acontece.

Atualmente, muito tem se discutido sobre a educação sexual como instrumento preventivo de crimes de ordem sexual. Isso porque se percebeu que o compartilhamento de informações sobre o assunto gera reflexão, compreensão e uma maior discussão sobre o tema.

Letícia Teixeira (2002), afirma:

Como objetivos específicos incluem a aplicação da educação sexual na infância, visando proporcionar o aprendizado sobre o próprio corpo e a compreensão da importância da preservação e higienização do mesmo, além de trabalhar o diálogo com os pais e/ou responsáveis sobre qualquer tipo de violação, por menor que possa ser, possibilitando, assim a redução e o combate à violência sexual de crianças. (TEIXEIRA, 2022, p. 01).

É difícil para as crianças identificar, principalmente no seu ciclo de confiança, atitudes que não são apenas brincadeiras ou carinho, pois elas (principalmente na primeira infância⁴), ainda estão em formação de valores e conceitos sociais, não possuindo experiências e vivências no campo sociocultural que as permitam chegar a essa conclusão de que um ato é abusivo ou inapropriado.

³ O Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância é um órgão das Nações Unidas que tem como objetivo promover a defesa dos direitos das crianças, ajudar a dar respostas às suas necessidades e contribuir para o seu desenvolvimento.

⁴ Primeira infância é o período da vida que vai da gestação até os seis anos de idade.

A criança devidamente educada e orientada com relação a sua sexualidade estará mais preparada para identificar ações e investidas inadequadas, ou seja, vai conseguir perceber melhor as condutas inapropriadas, procurando um adulto de confiança para auxiliá-la.

Ensinos aparentemente simples, adequados à capacidade cognitiva da criança, porém valiosos para sua autoproteção, são instrumentos de prevenção contra a violência sexual, considerando que o principal material que a criança vai precisar para ao menos tentar se proteger estará com ela: o conhecimento.

EDUCAÇÃO SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR E O PAPEL DO PROFESSOR NA TEMÁTICA

Há diversas abordagens sobre este tema nas escolas e elas acabam por orientar correntes que defendem quando, onde e de quem é o papel de educar sobre temas referentes à sexualidade. Existem os representantes do conservadorismo, principalmente orientados pelas organizações religiosas, que consideram que este papel é exclusivamente da família e não devem existir interferências externas. Só que eles não levam em conta que é no seio familiar que grande parte dos registros de ocorrências dos abusos sexuais, principalmente contra crianças, acontece.

Por outro lado, existem pessoas que defendem a importância do papel da escola nesse debate. Furlani (2009), a esse respeito, reflete:

Quando se lançou recentemente a questão da necessidade da educação sexual na escola, isto é, de maneira pedagógica institucional, as reações imediatas logo definiram dois grupos: um mais conservador, lembrando a “responsabilidade” sobre a questão, e outro mais liberalizante, demonstrando mais que a necessidade, a urgência da questão. (FURLANI, 2009, p. 14).

Portanto, é coerente entendermos a escola como um dos espaços adequados à difusão desse tipo de educação. Sobre isso, Maia e Ribeiro (2011), argumentam que:

Embora a educação sexual possa ser realizada em diferentes instituições, como ambulatórios e postos de saúde, sindicatos, fábricas, universidades, consideramos que a escola é o espaço mais propício para realizá-la, primeiro porque se começa a frequentar a escola já com seis anos de idade, e, idealmente, espera-se que o indivíduo nela permaneça até os dezoito anos, quando termina o Ensino Médio. Segundo porque a escola tem por função social a transmissão do saber historicamente acumulado e de sua dimensão ético-política. É na escola que se espera que os educandos aprendam a questionar, refletir e se posicionar sobre atitudes relacionadas à sociedade, à cidadania, aos direitos humanos, à preservação do meio ambiente; é na escola que se espera que os indivíduos aprendam a adotar práticas preventivas, visando à constituição de cidadãos críticos e autônomos, o que inclui uma educação sexual emancipatória. (MAIA & RIBEIRO, 2011, p.77).

Sendo a educação sexual de tamanha valia, inclusive na área educacional, é coerente considerarmos também a importância do papel do professor na abordagem dessa temática.

Sobre isso Ribeiro (1990) diz:

O orientador sexual, por sua vez, deverá ter uma formação específica e distinta, de maior duração, envolvendo aspectos desde conhecimentos teóricos a serem transmitidos, até a aquisição de atitudes positivas e sadias em relação à sexualidade, sua própria e de outrem, e da capacidade de tratar com naturalidade as questões que serão abordadas. E o critério de seleção indispensável é que o “candidato” esteja interessado na temática e se sinta a vontade para falar de sexo. (RIBEIRO, 1990, p. 33).

Mesmo comprovada tamanha relevância da temática, talvez por ter tantas nuances, não é fácil e nem habitual lidar com ela em sala de aula, principalmente na primeira infância. Muitas vezes o professor não se sente preparado para trabalhar a temática, uma vez que não obteve tantas informações durante a sua formação.

Sendo assim, mostra-se que a necessidade de educadores sexuais existe, porém é preciso formar esses educadores para que eles possam contribuir pedagogicamente na abordagem do tema.

Sobre as infâncias

Existe para o ser humano uma fase de intenso desenvolvimento e aprendizado que é a fase que compreende a gestação até os primeiros anos de vida. Maria Montessori (1967) divide o desenvolvimento da criança em três estágios de crescimento. O primeiro vai do nascimento aos 6 anos e é subdividido em outros dois subestágios. Uma é do nascimento aos três anos, no qual a criança tem um tipo de mente em que o adulto não pode exercer influência direta. O segundo subestágio, vai dos 3 aos 6 anos, onde o tipo de mente é o mesmo, mas em algumas coisas as crianças passam a ser suscetíveis à influência adulta. O último estágio do desenvolvimento da criança começa aos 6 anos e vai até os 12 anos. Mentalmente, está num estado saudável, forte e de estabilidade assegurada. (MONTESSORI, 1967, p. 19).

Educação Infantil

A Educação Infantil corresponde à primeira etapa da educação básica no Brasil. Ela é responsável pela educação escolar das crianças de 0 a 5 anos de idade. A Lei nº 9.394/96, art. 29 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) determina que: “A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (BRASIL, 1996).

Nessa primeira fase educacional se mostra importante englobar diversos aspectos que integram o desenvolvimento da criança. Para tanto, é preciso desvincular a Educação Infantil da ideia de mero preparatório para o Ensino Fundamental, visto que esta etapa vai muito mais além e precisa ser vista como base para o crescimento social e o educacional do ser humano.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

De acordo com a BNCC as crianças da Educação Infantil se desenvolvem a partir de eixos estruturantes de aprendizagem: o interagir e o brincar. Nessa etapa educacional, deve-se levar em conta os eixos, tendo como objetivo: buscar o desenvolvimento da criança através da interação com seus pares e com os adultos, de modo a promover o conhecimento dela.

Além dos eixos de aprendizagem a BNCC estabelece seis direitos básicos de aprendizagem que devem ser garantidos na Educação Infantil: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.

Na BNCC não há, na etapa da Educação Infantil, direcionamentos específicos para o trato com a temática da educação sexual, porém a partir do campo de experiências “o eu, o outro e nós”, pode-se encontrar alguma relação. A BNCC contempla em seus temas contemporâneos e transversais a abordagem sobre educação sexual de forma não direta, mais especificamente dentro do tema transversal “saúde”, ofertando autonomia às escolas na aplicabilidade de temas contemporâneos.

Como fonte de inspiração da BNCC, os PCN’s (Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil) trazem como um de seus temas transversais a orientação sexual que, apesar de levar esse nome, poderia ser entendida (a amplitude do tema) como o conceito espelhado de educação sexual.

Os PCN’s não foram meramente substituídos pela BNCC e sim incorporados a ela. Os temas transversais (Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual) têm o objetivo de contribuir para a construção da realidade social do aluno, contextualizando os conteúdos de forma interdisciplinar e mais próxima à realidade do estudante. O Conselho Nacional de Educação (CNE) descreve sobre a transversalidade:

A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Assim, nessa abordagem, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de

acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas. (BRASIL, CNE/CEB, 2010, p. 24).

Nunes e Silva (2006) frisam que “a temática da educação sexual como tema transversal é uma conquista e um desafio, pelas polêmicas e divergências que ainda existem sobre a natureza, identidade e limitação do que seja propriamente Educação Sexual”. (NUNES & SILVA, 2006, p. 13).

Mesmo o tema ainda sendo considerado controverso por ser "mal" interpretado, esse ganhou *status* de participante no currículo escolar brasileiro, dada a sua relevância social e, por este motivo, a urgência de ser incluído de modo preventivo nas rotinas pedagógicas dos espaços escolares.

Sobre as questões da sexualidade, o RCNEI traz um tópico sobre o assunto chamado Expressão da Sexualidade, elaborando as questões da infância frente à sexualidade e como o adulto (professor/cuidador) pode expor a temática com as crianças de forma natural e equilibrada. Nesse sentido, a RCNEI (1998) cita que

A recepção dos adultos a suas explorações ou perguntas ligadas à sexualidade podem suscitar diferentes reações, desde atitudes de provocação e exibicionismo até atitudes de extremo retraimento e culpa. [...] A compreensão da sexualidade como um processo amplo, cultural e inerente ao desenvolvimento das crianças pode auxiliar o professor diante das ações exploratórias das crianças ou das perguntas que fazem a respeito do tema. (BRASIL, 1998, p. 18).

O documento apresenta importantes reflexões sobre sexualidade infantil e como enxergá-la, demonstrando aspectos naturais e culturais que influenciam na abordagem do tema e orienta como os adultos devem pensar essas questões em prol de um melhor desenvolvimento da criança. Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil trazem como um dos orientadores da proposta pedagógica a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem a diversidade.

Cabe às instituições educacionais (entre elas creches e pré-escolas) o dever de assegurar a segurança, a dignidade e a proteção da criança. Percebe-se que, como parte do papel destinado a essas instituições, elas devem dar condições e instrumentos para a proteção dessas crianças contra a violência (inclusive a violência oriunda do seio familiar), ofertando uma educação sexual de qualidade e apropriada, desde a primeira infância, já que esta servirá como instrumento de proteção.

METODOLOGIA

Este estudo contou com uma abordagem qualitativa. Por apresentar uma temática com muitas nuances, opiniões e questionamentos, observou-se que o instrumento mais adequado a ser utilizado foi a entrevista semiestruturada, que é um modelo organizado, porém flexível.

É importante salientar que em um primeiro momento foi preciso realizar o levantamento bibliográfico. Posteriormente, o campo da pesquisa foi selecionado: uma escola de Educação Infantil localizada na cidade do Recife e uma escola pública, na cidade de Ipojuca, Região Metropolitana do Recife. Participaram três professoras com atuação nas séries iniciais.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial e guiadas por um roteiro preparado previamente, gravadas em áudio com expressa autorização das entrevistadas, e depois transcritas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

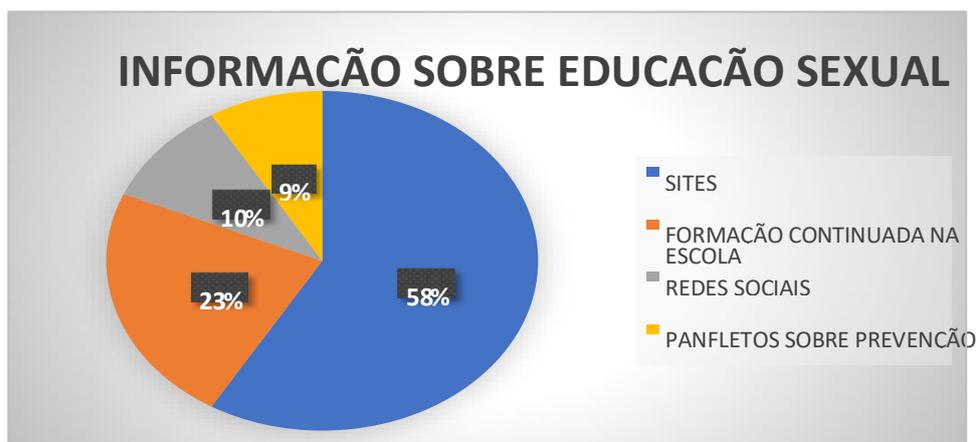
Tabela 1 - Perfil dos entrevistados

IDENTIFICAÇÃO	FORMAÇÃO	ATUAÇÃO
P1	Magistério + biologia + cursando Pedagogia	Educ. Infantil – Escola Privada
P2	Pedagogia	Educ. Infantil - Escola Pública
P3	Pedagogia + Especializações na área de Educação	Educ. Infantil- Escola Privada

Fonte: os autores

As professoras investigadas citaram ter conhecimento da temática da educação sexual, mas de um modo bastante genérico e distante da formação base. O acesso à temática parece ter sido pontual ou em alguma ação específica de instituições anteriores. Quando questionadas a respeito da busca de informações contínuas sobre a educação sexual e quais canais de acesso, não há uma solidez dos discursos para a busca dos conhecimentos formais sobre a temática, como representa o gráfico 1.

Gráfico 1 - Informações sobre educação sexual



Fonte: os autores

A busca pelas informações em sites e na internet, de um modo geral, é algo que emerge no discurso das entrevistadas, não sendo identificada formalidade de pesquisas nestas buscas, mas uma praticidade da informação pronta e que atende às demandas dos profissionais imediatamente.

Durante a pesquisa percebemos que houve ausência do trato teórico do tema ao longo da formação profissional. P1, P2 e P3 afirmam ter tido o acesso de modo breve na formação pedagógica ou mesmo não ter tido acesso. Com esta ausência, as buscas aleatórias fazem parte de suas rotinas, como apresentado no gráfico 1. Por outro lado, as instituições de ensino não oferecem formação continuada, fragilizando ainda mais o campo do conhecimento docente.

A compreensão de educação sexual é frágil e está mais ligada às projeções pessoais de cada profissional, como apresenta a tabela 2.

Tabela 2 - Compreensão de educação sexual

SUJEITOS	COMPREENSÃO
P1	Identificação das partes do corpo, nomes científicos e utilidade.
P2	Consciência corporal, seus limites e relações com os outros.
P3	Trabalhar a sexualidade com a criança é trabalhar o corpo dela, explicando que ela é um ser livre.

Fonte: os autores

Analisando os discursos, P2 demonstrou um olhar mais amplo sobre a temática, trazendo a transversalidade da consciência corporal. Não há na fala das profissionais uma

preocupação com a orientação sexual na busca da prevenção contra o abuso sexual, de modo mais claro. Nas entrelinhas, é possível perceber a preocupação das docentes, mas de um modo camuflado.

Quando questionadas sobre a relevância do trabalho com a educação sexual nas salas de aulas infantis, as profissionais foram unânimes em afirmar a importância de abordar o tema já na Educação Infantil. Entretanto, P1 alega que o motivo é a importância de cuidar do próprio corpo, já P2 considera relevante o trabalho com a temática, relacionando o dever da escola que não pode se abster de tratar temas relevantes na formação plena do indivíduo.

Ao serem questionadas sobre a aplicação da temática em sala de aula e os contextos em que foi proposta, as respostas demonstraram que trabalhos esporádicos foram feitos, não havendo uma regularidade ao se trabalhar o tema e nenhuma contextualização com disciplinas aplicadas na Educação Infantil.

P1 afirma que uma vez a introdução do tema se deu na sala de aula dela devido à curiosidade de uma criança sobre o próprio corpo. Já P3 afirma que como trabalha com crianças de 4 anos não aborda em sala de aula essa temática, mas quando as crianças têm curiosidade ela então procura trabalhar.

Em ambos os casos as professoras desenvolveram o tema a partir de questionamentos das crianças com a finalidade de sanar dúvidas pontuais, porém elas não citaram a elaboração de aulas planejadas para compartilhar o assunto. Quando indagadas sobre a ausência de aprofundamento teórico sobre a temática, P1 e P2 alegaram sentir falta de mais conhecimento sobre educação sexual, porém deram opiniões distintas de onde os professores devem acessar com mais amplitude esse conhecimento.

P1 cita que para ela esse tema deve ser incluído na grade curricular do curso de Pedagogia para que o aprofundamento do tema seja desde a formação do professor. P2 diz sentir falta de uma abordagem mais efetiva do assunto em cursos de formação continuada e ainda pontua que para a educação sexual atingir suas finalidades é preciso um trabalho sistemático e que todos os profissionais da educação deveriam ter acesso e conhecimento da temática. Por fim, P3 não considera que precisa de maiores informações sobre o assunto, pois acha suficiente as informações adquiridas sobre o tema.

Pelo exposto acima, percebe-se que os ganhos educacionais são mais significativos quando os saberes estão conectados, relacionados e integrados, pois promovem o conhecimento como uma consequência e gradual.

CONSIDERAÇÕES

Os argumentos apresentados nesta pesquisa foram fundamentais para a elucidação da problemática central deste trabalho. Essas análises reafirmaram a importância da necessidade do aprofundamento teórico dos professores da Educação Infantil no tema educação sexual, com a finalidade de um maior conhecimento, preparo e embasamento científico ao compartilhar a temática com as crianças.

Percebe-se a fragilidade da BNCC em trazer à tona de forma clara e precisa a temática abordada. Para alcançar a transversalidade, os professores precisam ter acesso aos documentos oficiais que antecedem e incorporam a Base Nacional Comum Curricular.

Para que os professores difundam o tema e compreendam a sua relevância enquanto instrumento preventivo dos abusos sexuais na infância, é preciso não apenas o conhecimento, mas compreender a aplicação para as crianças da faixa etária correspondente à Primeira Infância (grupo delimitado nesta pesquisa). Nesse sentido, é indispensável a promoção de disciplinas na grade curricular do curso de Pedagogia, workshops, palestras e cursos de formação continuada sobre educação sexual.

Tendo em vista que o presente estudo centralizou seu foco na Educação Infantil, obviamente os aprofundamentos e especializações citados acima precisam ser direcionados, ou seja, tratar especificamente da educação sexual infantil.

Por fim, é importante salientar que essas conclusões acerca dos resultados da pesquisa supracitada só foram possíveis devido ao estudo realizado neste trabalho científico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, K.; LUZ, N. S. **Educação Sexual e ensino médio técnico: abordagens da Educação Sexual no Ensino Médio Técnico**. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. p. 1-11. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (2018).

ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. São Paulo: Ars Poética, 2000.

ARCARI, Caroline. **Pipo e Fifi: guia para pais e educadores**. São Paulo: Instituto Cores, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** (2018).

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. **Temas Contemporâneos e Transversais** (2019).

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRINO R. F.; Williams L. C. A. **Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil**. Educação & Realidade. 2008;33(2): 209-30. *Apud* WOLFE, V.V. Child Sexual Abuse. *In*: MASH, G.; BARKLEY, R. (Orgs.). Treatment for Childhood Disorders. New York: Guilford Press, 1998. P. 545-597.

CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica). Parecer Nº 11, de 7 de outubro de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, seção 1, p. 28. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-ceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 abr. 2022.

Comitê Científico do Núcleo de Ciências pela Infância (2014). Estudo número 1 sobre Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a aprendizagem. Pág.7.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico; Maria Neide Figueiró. Depoimento [nov. 2018]. Entrevistadora Larissa Darc. São Paulo: APEOESP 2018, entrevista concedida ao site oficial do sindicato dos professores do ensino oficial do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2018/por-que-e-importante-falar-deeducacao-sexual-nas-escolas/importante-falar-de-educacao-sexual-nas-escolas/>. Acesso em 23 de out. de 2021.

FIGUEIRÓ, Mary Neide. **Formação de educadores Sexuais. Adiar não é mais possível**. (2020) cap. 2, pág. 59, *Apud* Maria Augusta (Supervisora de Ensino participante do grupo GEES e do mutirão orientador M.O. E uma das entrevistadas da pesquisa), 2020.

FURLANI, Jimena. **Direitos humanos, direitos sexuais e pedagogia queer: o que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual?** *In*: JUNQUEIRA, R. Diversidade sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas (Org.). Brasília: 2009.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LEOCÁDIO, Jéssica Ferreira; LIMA, Bárbara Letícia Teixeira de. **Educação infantil como meio de prevenção ao abuso sexual**. Revista Jus Navigandi, ISSN 15184862, Teresina,

ano 26, n. 6537, 25 maio 2021. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/90609>. Acesso em: 14 fev. 2022.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. **Educação sexual: princípios para ação**. DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação. Araraquara, v. 14, n. 1, jan./jun. 2011.

MELO, S. M. **Educação e Sexualidade**. Caderno Pedagógico. Florianópolis: UDESC, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa**. Revista Lusófona de Educação. Santiago - Portugal, 2018 vol.40. Pág.143.

MONTESSORI, Maria. **A descoberta da criança: pedagogia científica**. Campinas, SP: Kíron, 2017.

MONTESSORI, Maria. **Mente absorvente**. Campinas: Kíron, 1967.

NEVES, M. H. de M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NUNES, C.; SILVA, E. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas: Autores Associados, 2006.

RIBEIRO, M.; REIS, W. **Educação sexual: o trabalho com crianças e adolescentes**. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 2007.

SANTOS, Ayanne Christine Vieira dos. **Representações Sociais dos Estudantes da Universidade de Brasília sobre Educação Sexual**. Brasília, 2014. Pág. 20.

UNICEF. Nos últimos 5 anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil, alertam UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 22 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicadosdehttps://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-nobrasilimprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-forammortos-dehttps://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cincoanos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasilformaviolenta-no-brasil> Acesso em: 6 mar. 2022.

Apêndice A – Entrevista aplicada

- 1- Nome completo, qual seu curso de formação, em que ano se formou, em que instituição de ensino estudou, qual série leciona, escola pública ou privada?

- 2-Você já ouviu falar em Educação Sexual? Em qual canal de comunicação?

- 3-Qual a sua compreensão sobre Educação Sexual?

- 4-É relevante trabalhar esta temática em salas de aulas com crianças da Educação Infantil? Explique.

- 5-Enquanto educadora você já tratou esta temática em sala de aula? Em qual contexto?

- 6-Você se sente à vontade para tratar desta temática?
- 7-Ao longo da sua formação a temática da Educação Sexual na Educação Infantil foi trabalhada? Explique.

- 8-Considera que a sua formação ofereceu aporte instrutivo satisfatório para que você incluísse a Educação Sexual como vivência pedagógica em sua sala de aula? Explique.

- 9-Na escola que você atua ou atuou, a Educação Sexual para crianças fez parte da formação continuada? Explique

- 10-Você sente falta de mais aprofundamento teórico desta temática nos espaços educativos ao qual faz parte? Explique.